



XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ACERVOS DE LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Gustavo Tanus (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Gabrielle Francinne S. C. Tanus (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

THE PUBLIC LIBRARIES AND THE IMPORTANCE OF FORMATION AND DEVELOPMENT OF COLLECTIONS OF AFRO-BRAZILIAN LITERATURE

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

RESUMO: A biblioteca pública tem como missão atender a todos, assegurando acesso a uma multiplicidade de informações. Para que as bibliotecas consigam cumprir esse amplo acesso é necessário que elas acompanhem a diversidade da comunidade na oferta de seus serviços e recursos informacionais. Assim, concentra-se em discutir sobre a formação e desenvolvimento de acervos das bibliotecas públicas a partir da literatura afro-brasileira como tema. Acredita-se que as bibliotecas devem ser um espaço multicultural e de resistência que, também por meio de seus acervos, constituem em uma das portas de entrada para a formação do leitor e do acesso à leitura literária, aliada nos processos de formação dos sujeitos, (re)construção das identidades e da experiência da alteridade. Em uma sociedade marcada pelas desigualdades e discriminações como a brasileira, é necessário que as políticas de reparação adentrem também os espaços culturais, que são as bibliotecas. É preciso, pois, reforçar o papel social das bibliotecas e dos bibliotecários, em prol de uma construção de uma sociedade menos desigual, mais plural e democrática. Propõem-se, então, a inclusão do termo “política de reparação dos acervos das bibliotecas”, como também visa destacar esta temática na agenda de pesquisas da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Palavras-chaves: Biblioteca Pública; Formação e Desenvolvimento de Acervos; Literatura-Afro-Brasileira; Diversidade Étnica; Lei Nº 10.639/03.

Abstract: The public library's mission is to serve everyone, ensuring access to a multitude of information. In order for libraries to be able to fulfill this broad access, it is necessary for them to follow the diversity of the community in offering their information services and resources. Thus, it focuses on discussing the formation and development of collections of public libraries from the Afro-Brazilian literature as a theme. That libraries should be a multicultural and resistance space that, also through their collections, constitute one of the gateway for the formation of the reader and access to literary reading, allied in the processes of the human beings education, to the (re) construction of their

identities and the experience with the otherness. In a society marked by inequalities and discriminations such as the Brazilian one, it is necessary that reparation policies also penetrate the cultural spaces, which are libraries. The social role of public libraries and librarians must be strengthened in the interest to the constitution of a society that is plurality-based and less unequal. It is proposed to include the term "collections recovery policy", as well as to highlight this theme in the research agenda of Library Science and Information Science.

Keywords: Public Libraries; Formation and Development of Collections; Afro-Brazilian Literature; Ethnic Diversity; Law Number 10.639/03.

1. INTRODUÇÃO

Um indivíduo ou um grupo de pessoas pode sofrer um verdadeiro dano, uma autêntica deformação se a gente ou a sociedade que os rodeiam, lhes mostram como reflexo, uma imagem limitada, degradante, depreciada sobre ele. (Charles Taylor).

A biblioteca pública é uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, por meio do governo local, regional ou nacional, e sem fins lucrativos. Elas surgiram no século XIX com a missão de dar acesso aos indivíduos em suas necessidades informacionais e de formação de mão de obra especializada por meio do acesso aos livros e a educação pública (ALMEIDA JÚNIOR, 2013). Se o entendimento inicial dela foi, então, vinculado à classe trabalhadora e às funções educativas e moralizantes (FBN, 2010), atualmente tem-se como objetivo que seus serviços devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social.

Ao longo de sua existência vários foram os questionamentos acerca das suas funções e visões, como, por exemplo, nos Estados Unidos e Inglaterra, a classe bibliotecária passou a questionar o papel da biblioteca e sua identificação com os valores da classe média e a cultura de elite. No Brasil, esse movimento ocorreu pós-ditadura militar, momento de redemocratização e de discussão sobre os movimentos culturais, que reverberaram na discussão sobre seu caráter mais social, rumo às classes mais desfavorecidas (FBN, 2010). Todavia, em meio à ideia de sociedade da informação, cujo foco desloca-se para a informação e o conhecimento, pode-se pensar que os sujeitos da classe trabalhadora – maioria da população – tenham sido colocados em segundo plano, em acentuação das relações desiguais presentes na sociedade brasileira.

Sendo a biblioteca uma instituição social, salienta-se que a mesma não está deslocada ou desvinculada do contexto histórico, político, econômico, social e cultural onde se insere. Ela, esse “equipamento cultural”, porta marcas das ideologias das classes dominantes, participando do processo de “dupla violência”, conceituados por Bourdieu e Passeron (1975), que significa, basicamente, a violência da imposição de uma cultura, a dominante, e a violência da ocultação de que há imposição, a tornar natural tal cultura. Nessa mesma perspectiva, as instituições pedagógicas e as de memória têm a sua parte na manutenção da cultura hegemônica, porque movimentam um mecanismo de exclusão que funciona não pelo conflito desimpedido entre a cultura que produzem em detrimento das culturas das alteridades, mas sim pela oferta quase exclusiva de bens simbólicos produzidos por essa cultura, em um processo que seus sujeitos passariam a vê-la como um bem universal.

Em relação à constituição dos acervos das bibliotecas tal lógica não é diferente, percebe-se na constituição das coleções obras literárias, predominantemente, de autoria masculina, branca ou mesmo a literatura estrangeira – como sendo natural, e o desejado. De modo geral, há um apagamento dos autores negros e autoras negras nos acervos das bibliotecas, o que conduziu esta reflexão de repensar tais acervos e discutir uma “**política de reparação dos acervos das bibliotecas**” (termo e grifo nosso), o que passaria incluir as(os) autoras(es) africanas(os) e afro-brasileiras(os)¹. Reparação esta que deveria estar explícita nas Políticas de Formação e Desenvolvimento das Coleções (FDC) como mais um dos procedimentos/etapas que compõe tal processo.

Tal reparação encontra-se em um momento fértil de discussão, tendo em vista a Década Internacional de Afrodescendentes², que visa o desenvolvimento, o reconhecimento, e a justiça para a população negra. Na sociedade marcada pelas desigualdades e discriminações como a brasileira, é necessário que as políticas de reparação social adentrem também os espaços culturais, que são as bibliotecas, os arquivos e os museus.

¹ É imprescindível também romper o discurso dominante por meio de outras temáticas que são silenciadas pela sociedade e pelos acervos, como, por exemplo, obras de autoras, feministas, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros. A representatividade e diversidade dos acervos deve obrigatoriamente refletir a diversidade da sociedade, pois caso contrário seria aumentado cada vez mais o fosso entre a biblioteca e sua comunidade, esvaziando o discurso das bibliotecas públicas serem destinadas a todos.

² Aprovada pela resolução 68/237 da Assembleia Geral da ONU e será observada entre 2015 e 2024, proporcionando uma estrutura sólida para as Nações Unidas, os Estados-membros, a sociedade civil e todos os outros atores relevantes para tomar medidas eficazes para a implementação do programa de atividades no espírito de reconhecimento, justiça e desenvolvimento. Disponível em: <<http://decada-afro-onu.org/index.shtml>>. Acesso em 12 jul. 2018.

Inseridos em um contexto maior, alguns avanços são percebidos em torno das políticas afirmativas e de reparação das últimas décadas, resultados das lutas do movimento negro, como, por exemplo, o sistema de cotas raciais, principalmente nas universidades públicas (BRASIL, 2012), e, mais recentemente, para concursos públicos (BRASIL, 2014). Na esteira dessas transformações sociais, acredita-se que a reparação deverá ocorrer no plano das bibliotecas, com a destinação mais efetiva de verbas, concretizando investimentos em prol da recomposição dos acervos de cultura e história africana e afro-brasileira das bibliotecas.

A dívida histórica que a sociedade brasileira tem com os cidadãos e cidadãs negros deve portanto, assumir uma “política de reparação dos acervos”; sendo por meio da educação e da leitura, baseada em acervos representativos das questões brasileiras, que o país poderá mudar as bases do racismo estrutural e estruturante da sociedade, desconstruindo o mito da democracia racial, buscando demonstrar, no mesmo processo, os mecanismos de apagamento da memória e cultura negras. Conforme expresso no manifesto das bibliotecas públicas, cabe a elas zelar pelos “[...] interesses culturais estejam representados nos materiais do acervo da biblioteca, cuja contribuição deve refletir a diversidade de culturas presentes na comunidade” (IFLA, 2012).

Objetiva-se, portanto, discutir, a partir da leitura dos textos da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a importância da Formação e Desenvolvimento dos acervos nas bibliotecas, aqui, em particular, das bibliotecas públicas, ressaltando inclusive o papel social da biblioteca e das bibliotecárias³ diante da concretização desses acervos. A pesquisa bibliográfica permitirá adentrar nos textos com vistas a aproximar da tríade “biblioteca; formação e desenvolvimento de acervos; literatura afro-brasileira” a fim de discutir, aprimorar e levantar outros questionamentos, que subsidiarão, em um segundo momento, a ação de adentrar nos acervos das bibliotecas públicas. Assim, tal pesquisa envolve tanto a construção discursiva dessas questões (foco deste texto) como também *a posteriori* o movimento de consultar os acervos das bibliotecas públicas das regiões brasileiras com o intuito de demonstrar as presenças e/ou ausências dos(as) autores(as) a partir da relação de nomes

³ Sendo as profissões, assim como as ciências e as artes, marcadas por processos de disputas e de exclusões, os profissionais da Biblioteconomia serão anotados no gênero feminino para se referir ao profissional de modo geral. Tal decisão objetiva-se marcar a presença de mulheres no espaço de desenvolvimento do pensamento biblioteconômico e de atuação profissional no Brasil.

extraída do **literafro** – O Portal da Literatura Afro-brasileira⁴ (Faculdade de Letras/UFMG). Tais resultados sobre esse olhar voltado para os acervos constituirá em trabalhos futuros, tendo em vista que a coleta de dados está em fase de processo.

Em relação às questões discursivas acerca da literatura afro-brasileira no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação tal enlace precisa ser discutido, isso porque em pesquisa realizada, em julho de 2018, nas principais bases de dados da área não foram recuperados textos com estes descritores “literatura afro-brasileira” e “literatura negra” (Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação - BRAPCI e Base de dados da Escola de Ciência da Informação da UFMG - PERI) e “Afro-Brazilian literature” e “Black literature AND collection development” (*Library and Information Science Abstracts* - LISA), o que reforça a importância de discutir literatura dentro de um campo que trabalha com os livros e com a formação de leitores. A literatura, que se encontra apartada das discussões da Biblioteconomia e Ciência da Informação, precisa ser (re)pensada relacionada às bibliotecas (em suas diferentes manifestações tipológicas), para constituição de seus acervos e formação de uma comunidade baseada em sua diversidade.

Ademais, vale destacar alguns trabalhos que vêm contribuindo para consolidação da discussão acerca das questões étnico-raciais partindo do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, os quais assumem diferentes caminhos, como, por exemplo, as políticas de inclusão, a biblioteca escolar e a Lei n. 10.639/2003, a mediação e identidade negra na biblioteca, o papel da bibliotecária e da biblioteca diante das relações étnico-raciais, a formação da bibliotecária para questões étnico-raciais e as produções científicas da Biblioteconomia de autoria negra e sobre os negros dentro das temáticas étnico-raciais (trabalhos de conclusão de curso e ENANCIBs). Há, ainda, as recentes produções “Repertório Bibliográfico sobre a Condição do Negro no Brasil”, publicado pela Câmara dos Deputados, em 2017, e, neste ano, o livro “Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política” organizado por Franciéle da Silva e Graziela Lima, com dezoito capítulos que, certamente, altera um pouco do cenário de produção da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

⁴ Portal de Literatura Afro-brasileira, projeto da Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>>.

2 A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E OS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A literatura, como elemento da cultura, con-validou tanto as estruturas estereotipadas quanto as racistas, desde a ausência dos negros na representação do mito fundacional da nação em textos literários, e as reduções da humanidade dos afro-brasileiros por criação de “valores” construídos por preconceitos. Segundo Cuti, a literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação. (CUTI, 2010). A conceituação de Eduardo de Assis Duarte (2010, p. 135) sobre a literatura afro-brasileira⁵ envolve a noção de “processo, devir, segmento ou linhagem, componente de amplo encadeamento discursivo [...] que está ‘dentro e fora’ da literatura brasileira”. Ainda em relação à literatura afro-brasileira, Duarte (2010) destaca alguns identificadores, como:

[...] uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo. (DUARTE, 2014, p. 29).

Estar “dentro e fora” da literatura brasileira deve implicar um trânsito entre constituir-se um segmento da literatura nacional pelo nascimento de seus autores/leitores concomitante ao processo de “busca por próprios recursos formais e pela mudança de paradigmas estético-ideológicos” (CUTI, 2010). É nesse sentido que ela suplementa (no sentido dado por Derrida) a literatura brasileira, não sendo, pois, uma complementação⁶ de uma ausência percebida dentro do campo literário canônico a ser completada por sua presença. O suplemento é, pois, um acréscimo que se realiza pela disponibilização de um significante que ultrapassa a lógica binária e fornece o excesso necessário, para representação de um outro, o que certamente provoca o descentramento de todo o sistema. Dessa forma, a

⁵ Há a discussão em torno dessa nomenclatura e outras, como a Literatura Negra, usada por Ianni no ensaio "Literatura e Consciência", de 1988, e "Literatura negro-brasileira". Este fora elaborado pelo pesquisador e escritor Cuti, e parte do pressuposto de que "a afro-brasilidade pode sobreviver sem o negro, uma vez que um afro-brasileiro pode ser um não negro, ou seja, não ser vítima da discriminação racial ou, até, ser um discriminador" (CUTI, 2010), resignificando positivamente a palavra "negro", termo que historicamente está associado ao escravismo. Sobre o adjetivo “afro-brasileiro” a pesquisadora Yeda Pessoa de Castro argumenta que anotado com hífen denota uma conjugação entre duas culturas, a africana e a brasileira, podendo a primeira cultura subsistir sem a outra, por isso ela sugere o uso sem o hífen, pois, segundo a autora, não é possível que hoje em dia se pense a cultura brasileira sem a contribuição das culturas africanas.

⁶ Segundo Derrida, a lógica do complemento se dá, dentro do pensamento metafísico ocidental, pelas lógicas da identidade e presença, que pressupõe as dicotomias cujas matrizes são credenciadas por oposições. (DERRIDA, 2005, p. 50).

produção afro-brasileira “implica, evidentemente, redirecionamentos recepcionais e suplementos de sentido à história literária estabelecida” (DUARTE, 2010, p. 135). Conforme Florentina Souza:

Os afro-brasileiros já vinham de há muito instalando um desconforto na produção textual brasileira através da produção de textos jornalísticos e literários que debruçavam-se sobre suas histórias e a cultura, dialogando com um tradição político-reivindicatória ou com as tradições popular e antropológica, escritores nascidos afro-brasileiros, adotando ou recusando a designação produzem textos nos quais as marcas de uma posição diferenciada na sociedade brasileira, pululam aqui e ali (SOUZA, 2005, p. 72).

Dito isto, acredita-se que a literatura afro-brasileira reelabora as imagens da literatura oficial, discutindo-as, reencenando-as e re-apresentando-as, e, na medida em que se constitui como um sistema literário – conforme a definição de Antonio Candido, em sua “Formação da literatura brasileira” (1ª ed., 1959; 1993) –, com o fortalecimento do público leitor, tem revisto suas origens, suas precursoras e seus precursores, ampliando o espaço de pesquisa e de experimentação, provocando, como já dito, um descentramento do campo literário canônico. Nesse sentido, a literatura produzida por autoras e autores negros relaciona-se à busca de maneiras de falar de si e do mundo, e ao lugar de fala “[...] sem essencialismo, e aliado a isto um debruçar-se sobre os arquivos da história do negro passada ou presente e/ou sobre as culturas de origem africana” (SOUZA, 2005, p. 71).

Não distante da construção dos repertórios e das imagens, está também o poder da biblioteca pública que abriga os acervos que constituem a memória da humanidade e formam os “bens bibliográficos nacionais”; estes que são compostos por obras de diversas áreas do conhecimento, como as literárias. Essa biblioteca deve ser um “espaço privilegiado do desenvolvimento das práticas leitoras, e através do encontro do leitor com o livro, forma-se o leitor crítico e contribui-se para o florescimento da cidadania” (FBN, 2010, p. 18). Permitindo o acesso aos textos literários, que, como disse Antonio Candido, possuem capacidade formadora do ser humano, no sentido de potencial de humanização, “pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza” (CANDIDO, 2004, p. 186). Isto é possível porque possibilita experiências com potencial para o reconhecimento de si e do outro; nos dizeres de Eneida Maria de Souza (2016) há a possibilidade de que o leitor se desloque em relação a sua posição rotineira.

Quando você está lendo um livro – de literatura ou de teoria – você está se deslocando daqueles lugares para os quais, normalmente, estamos voltados; deslocando-se daqueles lugares em que, normalmente, estamos. Ao mesmo

tempo, cabe dizer que pesquisar literatura, e a própria literatura, em si, é uma forma de se entregar ao outro. É uma forma de perceber a alteridade, de perceber que esse sujeito que está se entregando à leitura está também convivendo e compartilhando algo com o outro. (SOUZA, 2016, não paginado).

Em modos mais conservadores de conceber a literatura, havia a ideia de que o conhecimento produzido por ela seria forjado por uma qualidade universal atemporal, uma espécie de valor “do homem” (leia-se: do humano), o qual todos deveriam receber como uma dádiva e – como uma herança especial – teriam mais do que aceitá-la tal qual, e como resultado de uma pedagogia baseada na autoridade, se fazia necessário defendê-la. Havia, ou há, todavia, alguns impedimentos para o modo como abordar tal legado. Um deles é o de que colocá-lo em pauta de uma discussão – sobre representação, sobre representatividade – por si, poderia representar uma ameaça de destruição do que se era, portanto, numa maneira rústica sobre formação, do que hoje se é. O outro impedimento preceitua que o passado deve prestar contas apenas a seu tempo.

Longe de desejar leituras anacrônicas, em uso de modos de ver do contemporâneo para analisar tempos passados, é necessário, como uma operação de leitura e interpretação dos tempos, o movimento de trazer para o debate atual aquilo que “apesar dessa” e “por causa dessa” herança, a sociedade é neste tempo presente, com vistas a conseguir a formação de um sentimento de coletivo em uma comunidade que consiga partilhar suas experiências, narrar suas diferenças e vincular-se dentro de uma sociedade baseada não mais na idealização de uma unidade (baseada em modelos dominantes, que exclui o que se afasta do considerado padrão), mas numa coesão social dada pelo reconhecimento da diversidade.

Os argumentos de defesa dos velhos modos de leitura são baseados numa noção de literatura como uma lista de intocáveis obras fundantes (do ocidente, da nação, da língua, da gramática, das bibliotecas, do bom gosto etc.), responsáveis por manter os valores superiores, estes que são re-conhecidos pelas elites, escondidos em uma ideia de humanismo que quase sempre está direcionado para a cultura dominante. Nesse sentido, Florentina Souza destaca que a literatura tem servido para a configuração identitária dos setores das elites, estes:

Sabedores da força da palavra, tendo consciência de que a cultura letrada desenha perfis e normas comportamentais e interage com as culturas populares, intelectuais do século XIX fizeram da literatura veículo de construção e transmissão de ideias e valores que compuseram os discursos oficiais sobre o Brasil. (SOUZA, 2005, p. 64).

Indo a outra direção, a literatura, como se concebe aqui, possibilita os deslocamentos necessários para que o(a) leitor(a) formule questões, muitas delas ainda sem respostas, concomitante à oferta de respostas para perguntas que ele(a) todavia não conseguira alcançar. A literatura seria, assim, um lugar para a oscilação entre a presença e a ausência, perseguindo, como dissera Barthes (1988) o que o texto fornece sobre seu tempo: visões entre o patente e o latente, entre o que ele mostra (como valores) e o que censura, podendo revelar – dos sujeitos e do ambiente social – dilemas, impasses, enigmas, traumas, recalques, tabus etc., estes importantes para a resolução das questões importantes.

Na leitura literária o deslocar-se se dá em direção ao outro, uma experiência de alteridade, cujo movimento é importante para (des)construção dos modelos e a construção das identidades, que é ao mesmo tempo singular e plural. Nessa linha, Silvia Castrillón (2011) reforça que a leitura é um direito e possibilita ao leitor a liberdade, que é outro direito inalienável do sujeito. Sendo as bibliotecas um dos meios para o acesso à informação, a leitura, um local de encontro e espaço para os diversos debates, combate à exclusão social, combate a restrição do pensamento e da liberdade e da luta pela desinformação (CASTRILLÓN, 2011). Dito isto, é por meio das bibliotecas e de seus acervos que os sujeitos podem encontrar seus referenciais, confrontar consigo e com o outro, pois permite a formação de sujeitos autônomos, os quais seriam capazes de intervir em seu destino e na comunidade.

Vagner Amaro (2016) chama a atenção para a segregação das produções de autoria negra nos meios de divulgação literária, como, por exemplo, as bibliotecas, livrarias, eventos literários, o que revela as parcialidades dessas diversas instâncias culturais. Tendo em vista que “[...] a literatura é um espaço de representações do eu e do outro, uma forma de lançar um olhar sobre a realidade e um campo de formação de caráter e de desenvolvimento de empatia”, a direção a que se deve seguir é a de cobrança pela representação e representatividade, no sentido de aprimoramento dos cidadãos. Nesse sentido, os autores Maria Mota e Eduardo Mota (2014) reafirmam a ausência de obras que os representem, a saber:

[...] a falta de acesso não era o nosso único problema, pois nos deparávamos com livros que não nos representava, e quando o faziam, nos retratavam de modo grosseiro, subalterno, ridicularizado, diminuído. Nossa figura negra que descobríamos e valorizávamos mais a cada dia não fazia parte do universo literário” (MOTA; MOTA, 2014, p. 146).

Essa ausência da literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas impactam os processos de construção da identidade dos sujeitos, em que uma das vias se dá pela leitura literária. A sociedade brasileira, em muitos aspectos, incorporou, valorizou e reproduziu as perspectivas eurocêntricas, baseadas em uma identidade racial branca – dentro da lente para “ver” a “razão negra” (MBEMBE, 2004), desde modos negativos de interpretar o negro aos processos de sua invisibilização e aniquilação de sua humanidade. Desse modo, o interesse da pesquisa passa a ser a reflexão sobre a constituição dos acervos das bibliotecas públicas, que, em operação já comprovada em outras instâncias, precisa ser constatada por meio de pesquisas exploratórias, em que a bibliotecária pudesse, de fato, adentrar, avaliar e criticar a formação e o desenvolvimento de acervos da biblioteca em que atua.

Nota-se uma carência de pesquisas sobre as ausências e/ou presenças de literatura de autoria negra nos acervos das bibliotecas, bem como a discussão sobre os processos de constituição desses acervos diante das demandas da sociedade; o que há, em sua grande maioria, são trabalhos que apontam a necessidade e a importância da inclusão de livros e ações nas bibliotecas. Considera-se que, além do discurso que apontem as necessidades, seja imprescindível que as bibliotecas avaliem seus acervos, adentrando-os e observando suas lacunas, ausências e presenças de autoras e autores negros e negras, de literatura afro-brasileira e africanas. Dentro dessa perspectiva, destacam-se as pesquisas de Nicácia do Carmo (2011), Francilene Cardoso (2015) e Gustavo Tanus (2017) que analisaram os acervos com vistas a perceber as referidas ausências/presenças de escritores negros.

Nicácia do Carmo, em seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia, intitulado “História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre o acervo das bibliotecas públicas do CRAJUBAR” (2011), salienta que se opera, no âmbito da educação, com uma redução de temas, como, por exemplo, a escravidão e a inferioridade dos negros, o que não corresponde ao ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no sentido esperado. Nessa direção, a autora olha para os acervos das bibliotecas públicas municipais das cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, no Cariri Cearense, a fim de identificar nesses acervos os recursos informacionais, didáticos, paradidáticos, recreativos disponíveis nos acervos, independente do suporte (livro, revista, CDs, jornais etc.) com vistas a contribuir para a efetivação da lei 10.639/2003.

Constatou-se, nos acervos das três bibliotecas dessas cidades, uma quantidade em média de 29.500 livros, tendo sido encontrados apenas 88 títulos e 106 exemplares que vão

ao encontro da referida lei, o que conduz a patente constatação das deficiências dos acervos dessas bibliotecas analisadas. Ademais, a autora chama a atenção para o fato de que os profissionais (bibliotecárias e auxiliares) não foram capacitados sobre temática, processo importante para adequação à referida lei.

Francilene Cardoso (2015), em seu trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia, intitulado “A Biblioteca Pública como espaço de fortalecimento da Identidade negra: um estudo na biblioteca infanto-juvenil ‘Viriato Corrêa’ (BIJVC)”, defendido na Universidade Federal do Maranhão, buscou a partir do levantamento dos livros de Literatura Infanto-juvenil, os quais somam 5.000 livros, que, deste acervo, apenas 55 livros continham títulos, capas, texto e ilustrações com personagens negros.

Segundo essa autora, a maior parte do acervo dessa instituição oficial do estado reproduz uma memória estereotipada e pejorativa do negro, tendo em vista que “Na BIJVC, foi encontrado um número grande de livros cujos conteúdos e ilustrações do personagem negro estavam ligadas à pobreza”, “O negro vinculado a escravidão é comum em muitos dos livros sejam eles didáticos ou literários”, ademais de personagens caricaturados. Tal acervo é, ainda segundo a autora, prejudicial para os leitores, indivíduos, que estão em processo de formação de sua identidade, por isso devem ser trabalhados de modo a questionar essa leitura, pois se “[...] não trabalhados de forma crítica podem contribuir para que a criança negra desenvolva um processo de auto rejeição e de rejeição de seu grupo étnico/racial” (CARDOSO, 2011).

A outra pesquisa, intitulada “Africanos e afrodescendentes nas estantes: a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais”, empreendeu, no ano de 2013 (publicada em 2017), de modo quantitativo e qualitativo um estudo das edições presentes e ausentes no acervo da Biblioteca Estadual de Minas Gerais, relacionado aos africanos e afrodescendentes nas estantes. Nela foi realizado um levantamento a partir de determinados descritores, a saber: 1) Africana; 2) Afro-brasileira; 3) Autores africanos; 4) Escritores africanos; 5) Autores afro; 6) Escritores afro; 7) Cadernos negros; e, 8) Negros. Esses descritores foram selecionados como os termos de pesquisa em razão de ser uma possível escolha dos usuários que fossem recuperar livros no acervo da biblioteca. Assim, não se partiu de uma lista preestabelecida de livros para constatar as presenças e as ausências de títulos, realizou-se o caminho da pesquisa por meio do levantamento de obras que fosse recuperados com tais termos. Como não foi

selecionado uma coleção ou parte do acervo, a pesquisa foi empreendida em todo o acervo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

Com tais descritores foram encontradas diversas obras que contemplaram diversas áreas do conhecimento, criando um *corpus* de pesquisa que foi, constatada a ausência de alguns autores de literatura, complementado com a inserção dos nomes de escritoras e escritores de literatura afro-brasileira, arrolados no índice do portal **literafro**, chegando a um total de 705 obras, número expressivamente pequeno perto do universo de 250 mil títulos.

Em suma, essas pesquisas demonstram efetivamente, pela entrada e análise desses acervos, que, tanto a Biblioteca Pública dos municípios do Ceará, a Biblioteca Pública do Maranhão, ambas no nordeste do país, quanto a Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais, na região sudeste, apresentam uma quantidade inferior ao desejável de títulos e autoria que contribuam para a aplicação efetiva da lei 10.639/2003. Como destacado por Elisangela Gomes (2016, p. 747) a seleção dos acervos e também das ações realizadas nas bibliotecas urgem por uma mudança, pois:

A importância da representação negra na biblioteca a partir de uma visão afrocentrada, é crucial para a formação social da população negra, pois esta irá reconhecer-se nos elementos que constituem a experiência africana na diáspora como protagonista, que embora tenha vindo para o Brasil na condição de escravizada, detém uma trajetória histórica com um sistema de crenças, costumes, comportamentos, a forma de ser e estar de portar-se, diferentemente do modelo europeu imposto como modelo de padrão social, cultural e intelectual.

Dito isto, convoca-se Oswaldo de Almeida Júnior (2013) que atenta para a atividade da avaliação, a qual deve estar presente e faz parte do planejamento de uma biblioteca e também da formação e desenvolvimento dos acervos, embora poucas vezes realizada nas duas instâncias. Segundo esse autor “A avaliação se faz necessária, pois é ela quem direciona qualquer mudança, transformação, realinhamento, manutenção e, até mesmo, o fim de uma ação”. Essa avaliação possibilita conhecer os acertos e também os erros ao longo do processo, de modo que o profissional possa alterar as estratégias e caminhos adotados. Em meio a acervos quantitativamente consideráveis, que são (ou devem ser) os das bibliotecas públicas, é preciso avaliá-los diante das necessidades e demandas dos usuários (reais e potenciais), pois a quantidade significativa pode ocasionalmente não corresponder ao esperado.

3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E AS BIBLIOTECÁRIAS

Koontz e Gubbin (2012, p. 83) abordam, tendo em vista as Diretrizes da IFLA para as bibliotecas públicas, que “grandes acervos não são sinônimos de bons acervos, principalmente neste novo mundo digital. [Isso porque] A importância do acervo para as necessidades da comunidade local é mais significativa do que o tamanho da coleção”. Nessa mesma direção, Luís Milanesi (2013) considera que “A produção bibliográfica, progressivamente maior, não garantiu a existência de bibliotecas de acesso público com acervos satisfatórios”, o tamanho da acervo das bibliotecas, portanto, não garantem que os usuários sejam atendidos e contemplados em suas necessidades, pela coleção das bibliotecas, que por vezes recebe mais doação do que realiza compras com recursos oriundos das verbas públicas.

Quando se aborda bibliotecas públicas, reside uma dupla adversidade, baixos investimentos de um lado, e do outro uma diversidade de interesses e gostos dos usuários, o que aumenta o desafio das instituições em atender um público cada vez mais diversificado com recursos limitados. De fato “quanto maior for a heterogeneidade do público, maior será a dificuldade de formação de acervos” (MILANESI, 2013, p. 62), o que certamente demanda uma contínua reflexão sobre a política da instituição e não deverá ser visto como impedimento intransponível.

Dessa forma, a atividade de seleção é essencial para a constituição de um acervo que contemple as necessidades e os interesses da comunidade. E como todo o processo de formação e desenvolvimento de acervos “as coleções e os serviços não devem ser submetidos a qualquer forma de censura, seja ideológica, política ou religiosa, nem de pressões comerciais”. (IFLA, 2012, p. 12), muito menos a uma “política de silenciamento” dos afro-brasileiros na biblioteca, lugar da escrita da memória e da história nacionais (CARDOSO, 2015), acrescenta-se, aqui, lugar de reescrita das memórias e, estas, da história nacional. Segundo o documento do IFLA, as bibliotecas públicas devem zelar pelos “[...] interesses culturais estejam representados nos materiais do acervo da biblioteca, cuja contribuição deve refletir a diversidade de culturas presentes na comunidade” (IFLA, 2012, p. 10), e devem acompanhar as discussões presentes na sociedade, disponibilizando recursos em diferentes formatos e suportes, insumos para subsidiar/lastrear tais discussões.

Dito isto, a bibliotecária consciente do seu poder para o desenvolvimento e seleção dos itens que compõem os acervos deverá contribuir de modo mais efetivo para a visibilidade de livros de autoria negra no ambiente da biblioteca, colaborando para a construção do

acesso, de forma mais justa e democrática à informação de qualidade, que seja representativa tanto de seus usuários efetivos quanto os potenciais. “Ignorar essa abertura é reforçar o papel da literatura [acrescenta-se aqui também da biblioteca] como mecanismo de distinção e de hierarquização social, deixando de lado suas potencialidades como discursos desestabilizadores e contraditórios” (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 67). Caberá, portanto, às profissionais das bibliotecas o fortalecimento de uma ideia sobre seu papel social, que “[...] precisa transformar a atitude passiva de colocar o processamento técnico e tudo o que se refere ao tratamento dos livros como o mais importante e adotar uma atitude mais ativa, pensando nos reais interesses e necessidades de seus usuários” (FREITAS; SILVA, 2014).

Nessa direção, salienta-se que o trabalho da bibliotecária deve ir além dos processos de organização dos acervos, ela deve ser também crítica e leitora das coleções, buscando manter-se atenta acerca do conteúdo dos livros que compõe os acervos. Segundo Cardoso (2015), é necessário um posicionamento questionador e crítico por parte da bibliotecária, em busca de desvelar as ideologias e os estereótipos veiculados nos livros. Assim, o caminho deve ser “além de identificar, desvelar a ideologia apresentando a diversidade, não como sinônimo de inferioridade, mas de igualdade; este é um passo importante para o fortalecimento da identidade, do autoconceito e da cidadania da população negra” (CARDOSO, 2015, p. 25). Elisangela Gomes (2016, p. 744) também atenta para a importância da representação de acervos de autoras e autores negros nas bibliotecas e das ações de mediação rumo a consolidação de uma afrocentricidade⁷ na biblioteca:

Entendemos que a biblioteca precisa garantir o direito à leitura oportunizando o acesso de suas (seus) leitoras (es) não só ao acervo, mas também às ações que dinamizem o espaço e dialoguem com o público leitor e não leitor configurando-se como um espaço social com sentido de pertencimento à comunidade.

Assim, acredita-se que as bibliotecárias devem buscar perceber como a exclusão, apagamentos e silenciamentos são re-produzidos nos/pelos acervos. É, pois, urgente repensar as práticas de formação e desenvolvimento das coleções, deixando explícita tal reparação nos instrumentos, nas políticas, que registram os critérios de inclusão e exclusão dos/nos acervos.

⁷ A partir do conceito de Molefi Kete Asante, que concebeu a ideia de afrocentricidade, a autora discorre sobre as bibliotecas e importância deste termo que, “situa a população negra no centro das discussões nos processos históricos de produção do conhecimento e saberes, da valorização cultural e de elementos pertencentes à memória e ancestralidade antes do processo de escravização que marginalizou esse grupo étnico e subalternizou seu sistema de crenças e valores em detrimento do poder hegemônico europeu” (GOMES, 2016, p. 739).

Corroborar-se que as práticas profissionais devem abarcar questões éticas e políticas inerentes ao contexto social, para além do tecnicismo, o que conduz a um repensar sua prática, sua técnica e seus instrumentos de trabalho (SILVA; PIZARRO; SALDANHA, 2017), para que se aproxime de uma desejável ressignificação de sua função e prática, como aqui exposto. E na esteira da formação das bibliotecárias é preciso refletir sobre as estruturas curriculares formativas destes profissionais⁸, conforme salientam os autores:

É importante lembrar que, ao se formar um bibliotecário consciente da importância desta e de outras questões, está se educando estes profissionais para valorizarem as culturas existentes no país, para que fortaleçam a identidade étnico-racial e os direitos dos usuários receptores de suas práticas, além de serem cidadãos críticos e atuantes na construção de uma sociedade democrática e igualitária (SILVA; PIZARRO; SALDANHA, 2017, p. 16).

Em suma, a bibliotecária mediante um ensino centrado mais na técnica do que no social, durante muito tempo pode-se utilizar dessa formação técnica como respaldo de suas ações centradas no fazer e nos acervos. Como uma profissional mediadora da informação cabe a ela desvelar ações de intencionalidade e de subjetividade inerentes ao seu exercício e não se eximir da responsabilidade, em nome da pretensa objetividade e neutralidade. Acredita-se ser mais profícuo, nesta contemporaneidade, assumir uma postura política diante desse espaço cultural de formação de identidades, de desenvolvimento dos sujeitos e, por assim dizer, da cidadania, com vistas a um projeto de nação baseada na diversidade. Afinal, como disse Oswaldo de Almeida Júnior (1997, p. 132) “os bibliotecários devem estar cientes de que as técnicas são ferramentas que não eliminam a necessidade, muito mais importante, de um relacionamento interrupto com a comunidade”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento da comunidade da biblioteca conduz a uma efetivação mais racional e eficiente tanto da elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções, bem como para a prática de seleção, pois “toda decisão de seleção deverá ser primordialmente guiada

⁸ No Brasil, pela primeira vez, a disciplina “História da literatura”, passou a ser ministrada na Biblioteca Nacional, em 1931, em meio a influência francesa, de ordem mais humanística, que predominou durante a primeira fase do ensino da Biblioteconomia (CASTRO, 2000). Todavia, chama-se a atenção para a progressiva exclusão da disciplina “Literatura” ou disciplinas afins da área da Letras, dos currículos de Biblioteconomia. Tal exclusão prejudica a formação da futura bibliotecária, tendo em vista a importância da literatura para a formação do sujeito e para a constituição de um pensamento crítico.

pela comunidade a que se pretende atender” (VERGUEIRO, 1989, p. 42). Essa seleção não deve ser vista como algo desprovido de critérios ou uma escolha subjetiva, mas sim como uma atividade técnica e intelectual realizada pelo profissional bibliotecário (VERGUEIRO, 1989). Percebe-se, assim, que tal atividade é um ato político, portanto, crítico, que envolve uma tomada de decisão, esta que gera (d)efeitos na sociedade.

A reparação destes acervos, no sentido de preencher as lacunas de representação e de representatividade, apontando inclusive para as distorções das representações, é um grande desafio tendo em vista que os acervos de literatura são representativos de um campo literário brasileiro que pouco mudou desde o século XIX, sendo formado, segundo pesquisa de Regina Dalcastagnè (2014), por escritores, homens, brancos, com cursos superiores, vinculados ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a quem foi dada a incumbência de gestar a “identidade” da nação brasileira, seguramente voltada para um processo de embranquecimento, refletido na literatura.

Em síntese, faz-se importante que as bibliotecárias repensem constantemente seu lugar de atuação e os efeitos provocados por elas nos indivíduos e na comunidade. Dito isto, a biblioteca pública não deveria constituir-se em um espaço de reprodução de racismos e preconceitos ou ainda servir a uma manutenção de uma pretensa ordem, função que foi posta em seu momento fundacional. Cabe a biblioteca pública (na verdade, a todas as bibliotecas) constituir-se como um espaço verdadeiramente democrático, de múltiplos discursos, de diferentes visões de mundo, de desconstrução dos estereótipos, de combate à toda forma de preconceito, sendo, portanto, um espaço para o exercício de liberdade, aberto a todos, local este que contemple a diversidade cultural e a representação de todas as matrizes culturais constituidoras da nação.

Por sua vez, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, campos do conhecimento das Ciências Sociais e Humanas, devem acompanhar os contextos e acontecimentos da sociedade, sendo também constituidoras das modificações, haja vista que ambas lidam com os sujeitos (indivíduos, usuários, leitores, interagentes) e a informação, uma produção humana que, por si, é permeada pelo poder e que engendra e gera efeitos nos indivíduos e nas sociedades. Tais campos precisam alinhar constantemente suas agendas de pesquisa para responderem às demandas gerais e específicas de informação da sociedade em suas reconstruções.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Editora UEL, 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora UEL, 1997.

AMARO, Vagner. **Bibliotecário lança editora temática afro-brasileira**. 2016. Disponível em: <http://biblioo.info/bibliotecario-lanca-editora-voltada-a-tematica-afro-brasileira/>. Acesso em 29 jun. 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei nº 12.711, 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.990, 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos [...]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 24, n.9, p. 803-809, 1972.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca: mediação da informação para construção da identidade negra**. Curitiba: CRV, 2015.

CARMO, Nicácia Lina do. **História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre o acervo das bibliotecas públicas do CRAJUBAR**. 2011. 60f. TCC (Monografia) - Universidade Federal do Ceará (Campus Cariri), Curso de Graduação em Biblioteconomia, Juazeiro do Norte (CE), 2011.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CUTI [Luiz Silva]. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. Por que precisamos de escritoras e escritores negros? In: SILVA, Cidinha da (Org.). **Africanidades e relações raciais**: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p. 66-69.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura e afrodescendência no Brasil**: Antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 4 v.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Coord.). **Literatura afro-brasileira**: 100 autores, do século XVIII ao XX. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP v.12 n.1 p.123-146 jan./abr. 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN). **Biblioteca Pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.21, n.3, p.738-752, ago./nov., 2016.

IANNI, Octavio. Literatura e consciência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 28, p. 91-99, 1988.

IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília/DF: Briquet de Lemos, 2012.

KOONTZ, C.; GUBBIN B. Prefácio. In.: IFLA. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília/DF: Briquet de Lemos, 2012.

LITERAFRO. Literatura afro-brasileira. In: SILVA, Cidinha da. **Africanidades e relações raciais**: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p. 41.

LITERAFRO. **O portal da Literatura Afro-brasileira**. Disponível em: <www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MILANESI, Luís. Biblioteca Pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, Mar./Abr./Maio, 2013.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTA, Maria Nilda de Carvalho; MOTA, Eduardo Guilherme de Carvalho. Livros para que te quero [...]. In: SILVA, Cidinha da (Org.). **Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p. 144-159.

SILVA, Franciéle; PIZARRO, Daniela; SALDANHA, Gustavo. As temáticas africana e afro-brasileira em biblioteconomia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 18, 2017. **Anais...** Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/362>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação pesquisa**. Florianópolis: ACB, 2018. 498 p.

SOUZA, Eneida Maria de. A literatura é uma forma de sobrevivência. **Agência de Notícias UFMG**, 25 abr. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/VjafYd>>. Acesso em 10 ago. 2016.

SOUZA, Florentina. Literatura Afro-Brasileira: algumas reflexões. **Revista Palmares: Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: Ministério da Cultura/ Fundação Cultural Palmares, Ano 1, n. 2, 2005, p.64-72.

TANUS, Gustavo. **Africanos e afrodescendentes nas estantes: a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Viva Voz, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/pmJDCH>>. Acesso em: 07 set. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.